

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

## ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 1342/2011 – 15 VOLUMES.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SEC.**4- Exercício:** 2010.**5- Responsáveis:** Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, gestor da pasta em destaque, à época, e Marlene Oliva Veloso, Diretora Administrativa e Financeira, como ordenadora de despesa.**6- Unidade Técnica:** DICAD - Informação n.º 257/2014 (fls. 2.992/2.995)**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3426/2014-EFC – Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SEC. Exercício de 2010.*Regular com ressalvas. Quitação.  
Recomendação aos responsáveis.  
Determinação à próxima Comissão de Inspeção.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em divergência** com o Parecer do Ministério Público de Contas, no sentido de:

**9.1 - Julgar REGULARES, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SEC, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, gestor da pasta em destaque, à época, e Marlene Oliva Veloso, Diretora Administrativa e Financeira, como ordenadora de despesa, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**9.2 - Dar quitação aos responsáveis**, Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, gestor da pasta em destaque, à época, e Marlene Oliva Veloso, Diretora Administrativa e Financeira, com fulcro no art. 24, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 189, II, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

**9.3 - RECOMENDAR** aos responsáveis, que observem e cumpram as orientações e os dispositivos abaixo transcritos, sem prejuízo das recomendações dispostas nos laudos técnicos, a fim de que irregularidades desta natureza não voltem a ocorrer em exercícios futuros:

a) Observem com maior rigor a Lei n.º 8.666/1993 acerca da obrigatoriedade da realização de licitação previamente a realização das despesas públicas;

b) Passem a elaborar o Projeto Básico dos certames e demais componentes com maior riqueza de detalhes, de modo a deixar transparente as finalidades das despesas, as quais jamais deverão se afastar das finalidades institucionais da secretaria.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c) Utilizem-se de instrumentos jurídicos adequados a celebração de parceria com entidades públicas ou privadas para difusão dos eventos culturais, observando a compatibilidade das finalidades institucionais, registrando os objetivos e justificativas de todas as ações empreendidas.

**9.4- Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que, no ato da futura auditoria nas contas da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SEC, verifique se as recomendações registradas no presente decisório foram observadas, a fim de não ensejar a reincidência das impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

**10- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de fevereiro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em exercício.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador-Geral, em exercício